

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023**

## ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis..... 1

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balancos patrimoniais ..... 3

Demonstrações dos resultados ..... 4

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa ..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 8

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**Ventos de São Tomé Holding S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos de São Tomé Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 04 de maio de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

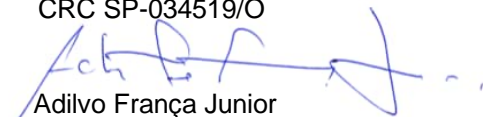
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O

## Ventos de São Tomé Holding S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.008	120.728	4.245	167.884
Investimentos de curto prazo	3	8.066	-	47.932	-
Contas a receber de clientes	4	-	-	11.882	13.770
Dividendos a receber	5	10.649	7.450	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	5	-	93.310	-	-
Estoques		-	-	3.768	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		929	2.659	2.241	4.167
Outros tributos a recuperar		-	-	63	36
Outros ativos		-	16	3.021	4.047
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>20.652</b>	<b>224.163</b>	<b>73.152</b>	<b>189.904</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Investimentos em controladas	6	362.613	242.100	-	-
Cauções e depósitos vinculados	7	124.900	31.148	125.580	31.828
Contas a receber de partes relacionadas	5	108.812	81.529	-	-
Outros ativos		7.872	1.745	7.914	1.745
Imobilizado, líquido	8	-	-	569.206	589.086
Intangível, líquido		-	-	1.007	1.152
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>604.197</b>	<b>356.522</b>	<b>703.707</b>	<b>623.811</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>624.849</b>	<b>580.685</b>	<b>776.859</b>	<b>813.715</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	9	49	1.736	16.136	7.384
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	50.864	45.734	50.864	45.734
Contas a pagar partes relacionadas	5	-	45	-	-
Conta de ressarcimento	11	-	-	16.954	31.643
Passivo de arrendamento	12	-	-	34	784
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	42	2.107	-
Outros tributos a pagar		58	296	2.928	1.774
Encargos setoriais		-	-	57	52
Outras obrigações		2.822	3.263	2.821	3.601
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>53.793</b>	<b>51.116</b>	<b>91.901</b>	<b>90.972</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	467.824	506.352	467.824	506.352
Conta de ressarcimento	11	-	-	79.437	75.891
Passivo de arrendamento	12	-	-	23.090	18.603
Provisão para perdas com investimento		-	-	-	3.082
Provisão para desmobilização		-	-	11.375	29.322
Tributos diferidos		-	-	-	66.276
Outras obrigações		-	527	-	527
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>467.824</b>	<b>506.879</b>	<b>581.726</b>	<b>700.053</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado		373.237	373.237	373.237	373.237
Prejuízos acumulados		(270.005)	(350.547)	(270.005)	(350.547)
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13	<b>103.232</b>	<b>22.690</b>	<b>103.232</b>	<b>22.690</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>624.849</b>	<b>580.685</b>	<b>776.859</b>	<b>813.715</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Ventos de São Tomé Holding S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	14	-	-	137.024	113.827
Custo de produção e operação de energia	15	-	-	(74.832)	(105.630)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>62.192</b>	<b>8.197</b>
Gerais e administrativas		(455)	(18)	(4.272)	(5.864)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	3.454	20	1.679	168
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>2.999</b>	<b>2</b>	<b>(2.593)</b>	<b>(5.696)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>2.999</b>	<b>2</b>	<b>59.599</b>	<b>2.501</b>
Receitas financeiras		33.123	65.143	25.212	18.847
Despesas financeiras		(61.723)	(63.486)	(63.960)	(66.963)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	17	<b>(28.600)</b>	<b>1.657</b>	<b>(38.748)</b>	<b>(48.116)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	6	106.143	(56.468)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>80.542</b>	<b>(54.809)</b>	<b>20.851</b>	<b>(45.615)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(371)	(6.585)	(371)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	66.276	(9.194)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	18	<b>-</b>	<b>(371)</b>	<b>59.691</b>	<b>(9.565)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>80.542</b>	<b>(55.180)</b>	<b>80.542</b>	<b>(55.180)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	80.542	(55.180)	80.542	(55.180)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>80.542</b>	<b>(55.180)</b>	<b>80.542</b>	<b>(55.180)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Ventos de São Tomé Holding S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>373.237</b>	<b>(295.367)</b>	<b>77.870</b>
Prejuízo do exercício		-	(55.180)	<b>(55.180)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>13</b>	<b>373.237</b>	<b>(350.547)</b>	<b>22.690</b>
Lucro líquido do exercício		-	80.542	<b>80.542</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>13</b>	<b>373.237</b>	<b>(270.005)</b>	<b>103.232</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## Ventos de São Tomé Holding S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.542	(55.180)	80.542	(55.180)
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	15	-	35.223	47.032
Atualização monetária sobre ressarcimento	17	-	(308)	-
Juros s/ cessão de recebíveis	17	(49.956)	-	-
Juros sobre arrendamento	17	-	2.312	1.539
Encargos financeiros de dívidas	10 e 17	61.577	59.559	61.577
Baixa de provisão para perdas com investimento	6 e 16	(3.082)	-	-
Atualização da provisão para desmobilização	17	-	(1.121)	1.518
Tributos e contribuições sociais diferidos	18	-	(66.276)	9.194
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	17	(8.101)	(5.025)	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	7 e 17	(18.073)	(18.073)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	-	5.770	14.556
Resultado de equivalência patrimonial	6	(108.905)	56.468	-
Amortização de juros capitalizados	6	2.762	2.762	-
		<b>(6.999)</b>	<b>13.654</b>	<b>94.621</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(7.187)</b>	<b>64</b>	<b>(4.660)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		508	-	4.883
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(531)	-	(47.875)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(116)	(371)	(3.119)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	10	(35.505)	(47.296)	(35.505)
Recebimento de juros sobre cessão de recebíveis		13.719	49.956	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	(2.312)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>		<b>(36.111)</b>	<b>16.007</b>	<b>6.033</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	(34.302)	(18.509)
Aumento de capital em controladas	6	(14.487)	(8.500)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	7	-	178	178
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(14.487)</b>	<b>(8.322)</b>	<b>(18.331)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento	7	(75.679)	-	(75.679)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	12	-	(221)	(2.265)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(59.255)	(42.162)	(59.255)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	10	(215)	(5.092)	(215)
Recebimento de cessão de recebíveis - partes relacionadas (principal)		66.027	35.878	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(69.122)</b>	<b>(11.376)</b>	<b>(135.370)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(119.720)</b>	<b>(3.691)</b>	<b>(163.639)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		120.728	124.419	167.884
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.008</b>	<b>120.728</b>	<b>4.245</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Tomé Holding S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Caetés, Estado do Pernambuco, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 18 de dezembro de 2015, e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “São Tomé”.

A Companhia é controladora integral da Santa Brígida I, Santa Brígida II, Santa Brígida III, Santa Brígida IV, Santa Brígida V, Santa Brígida VI e Santa Brígida Santa Brígida VII.

Em 08 de agosto de 2022, a AES Brasil Energia S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e suas controladas. O processo de aquisição foi concluído em 30 de novembro de 2022.

A Companhia atualmente é controlada diretamente pela AES Brasil Energia S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Ventos de Santa Brígida I	5º LER/2013	81/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	8	13,6	6,6
Ventos de Santa Brígida II	5º LER/2013	79/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,7
Ventos de Santa Brígida III	5º LER/2013	69/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	14,4
Ventos de Santa Brígida IV	5º LER/2013	86/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,0
Ventos de Santa Brígida V	5º LER/2013	63/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	15,0
Ventos de Santa Brígida VI	5º LER/2013	68/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	15,1
Ventos de Santa Brígida VII	5º LER/2013	125/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,9
							<b>107</b>	<b>181,9</b>	<b>94,7</b>

### Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade de quantidade de energia elétrica, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), por meio do qual venderá a totalidade de sua energia gerada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2015.

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Ventos de Santa Brígida I	5º LER/2013	CCEE	57.816	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida II	5º LER/2013	CCEE	128.772	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida III	5º LER/2013	CCEE	126.144	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida IV	5º LER/2013	CCEE	122.640	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida V	5º LER/2013	CCEE	131.400	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida VI	5º LER/2013	CCEE	132.276	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida VII	5º LER/2013	CCEE	130.524	208,07	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
			<b>829.572</b>					

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 18 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* –

IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 da Companhia foram preparadas visando a harmonização contábil com as demais empresas do Grupo AES no Brasil, com isso, a nomenclatura de algumas rubricas foi alterada e valores foram reclassificados dentro do mesmo grupo de contas patrimoniais.

## **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$33.141 (R\$173.047 positivo em 31 de dezembro de 2022), e nas demonstrações contábeis consolidadas de R\$18.749 (R\$98.932 negativo em 31 de dezembro de 2022), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## **2.7 Critérios de consolidação**

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

### 3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	48	90	934	1.069
Operações compromissadas	960	-	3.311	-
CDB-DI	-	120.638	-	166.815
<b>Subtotal</b>	<b>1.008</b>	<b>120.728</b>	<b>4.245</b>	<b>167.884</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	8.066	-	47.932	-
<b>Subtotal</b>	<b>8.066</b>	<b>-</b>	<b>47.932</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>9.074</b>	<b>120.728</b>	<b>52.177</b>	<b>167.884</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 99,60% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% em 31 de dezembro de 2022).

### 4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por composição de saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	11.863	13.750
Mercado de curto prazo	19	4
Outros	-	16
<b>Total</b>	<b>11.882</b>	<b>13.770</b>

## 5 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Contas a receber - Nota de débito (i)				
Santa Brígida I	-	170	-	-
Santa Brígida II	-	299	-	-
Santa Brígida III	-	316	-	-
Santa Brígida IV	-	299	-	-
Santa Brígida V	-	316	-	-
Santa Brígida VI	-	316	-	-
Santa Brígida VII	-	258	-	-
Subtotal	-	<b>1.974</b>	-	-
Contas a receber - Cessão de direitos				
Santa Brígida I	-	6.365	-	-
Santa Brígida II	-	14.178	-	-
Santa Brígida III	-	13.888	-	-
Santa Brígida IV	-	13.503	-	-
Santa Brígida V	-	14.467	-	-
Santa Brígida VI	-	14.564	-	-
Santa Brígida VII	-	14.371	-	-
Subtotal	-	<b>91.336</b>	-	-
Dividendos a receber				
Santa Brígida I	56	56	-	-
Santa Brígida II	1.928	1.928	-	-
Santa Brígida III	916	916	-	-
Santa Brígida IV	2.055	1.352	-	-
Santa Brígida V	2.907	1.625	-	-
Santa Brígida VI	2.787	1.573	-	-
Subtotal	<b>10.649</b>	<b>7.450</b>	-	-
<b>Subtotal circulante</b>	<b>10.649</b>	<b>100.760</b>	-	-
<b>Não Circulante</b>				
Contas a receber - Cessão de direitos				
Santa Brígida I	9.788	7.654	-	-
Santa Brígida II	13.513	10.790	-	-
Santa Brígida III	19.344	13.909	-	-
Santa Brígida IV	17.720	12.831	-	-
Santa Brígida V	14.310	11.174	-	-
Santa Brígida VI	19.300	14.107	-	-
Santa Brígida VII	14.837	11.064	-	-
Subtotal	<b>108.812</b>	<b>81.529</b>	-	-
<b>Subtotal não circulante</b>	<b>108.812</b>	<b>81.529</b>	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>119.461</b>	<b>182.289</b>	-	-

(i) Refere-se ao saldo do Grupo decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores				
AES Brasil Operações	-	-	1.145	-
Subtotal	-	-	<b>1.145</b>	-
Contas a pagar - Nota de débito (i)				
Santa Brígida VII	-	45	-	-
Subtotal	-	<b>45</b>	-	-
<b>Subtotal circulante</b>	-	<b>45</b>	<b>1.145</b>	-
<b>Total do passivo</b>	-	<b>45</b>	<b>1.145</b>	-
<b>Resultado Financeiro</b>				
Receita financeira (ii)				
Santa Brígida I	854	3.069	-	-
Santa Brígida II	2.226	8.157	-	-
Santa Brígida III	2.008	7.281	-	-
Santa Brígida IV	1.988	7.229	-	-
Santa Brígida V	2.263	8.273	-	-
Santa Brígida VI	2.130	7.738	-	-
Santa Brígida VII	2.250	8.209	-	-
Subtotal	<b>13.719</b>	<b>49.956</b>	-	-
<b>Total do resultado</b>	<b>13.719</b>	<b>49.956</b>	-	-

(ii) Referem-se à antecipação de recebíveis efetuados às suas controladas. Para fornecer fluxo de caixa para o pagamento da dívida, as controladas concedem à Companhia direitos creditórios em face dos contratos firmados junto à CCEE, que serão utilizados para a amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Companhia. O contrato firmado entre as partes não especifica uma taxa de juros, apenas menciona que ficará em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas controladas.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

## 6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	362.613	242.100
<b>Total</b>	<b>362.613</b>	<b>242.100</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Deságio	Capitalização de juros (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Santa Brígida I	18.239	-	2.580	5.629	257	(143)	26.562
Santa Brígida II	36.912	-	1.500	11.511	483	(292)	50.114
Santa Brígida III	30.497	-	-	18.322	462	(465)	48.816
Santa Brígida IV	34.808	(703)	-	17.709	442	(449)	51.807
Santa Brígida V	44.440	(1.282)	-	20.551	493	(521)	63.681
Santa Brígida VI	40.476	(1.214)	-	18.296	481	(464)	57.575
Santa Brígida VII	36.728	-	10.407	16.887	464	(428)	64.058
<b>Total</b>	<b>242.100</b>	<b>(3.199)</b>	<b>14.487</b>	<b>108.905</b>	<b>3.082</b>	<b>(2.762)</b>	<b>362.613</b>

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Santa Brígida I	20.734	2.000	(4.285)	(210)	18.239
Santa Brígida II	45.994	3.000	(11.519)	(563)	36.912
Santa Brígida III	40.457	-	(9.495)	(464)	30.497
Santa Brígida IV	42.240	-	(7.086)	(347)	34.808
Santa Brígida V	48.957	-	(4.306)	(211)	44.440
Santa Brígida VI	46.026	-	(5.292)	(259)	40.476
Santa Brígida VII	48.422	3.500	(14.485)	(708)	36.728
<b>Total</b>	<b>292.830</b>	<b>8.500</b>	<b>(56.468)</b>	<b>(2.762)</b>	<b>242.100</b>

(i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2023 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício	Deságio
Santa Brígida I	30.700.640	100%	44.021	19.127	24.894	30.701	5.629	(257)
Santa Brígida II	54.836.800	100%	89.206	42.719	46.487	54.837	11.511	(483)
Santa Brígida III	49.659.650	100%	91.057	45.254	45.803	49.660	18.322	(462)
Santa Brígida IV	44.712.300	100%	90.770	42.284	48.486	44.712	17.709	(442)
Santa Brígida V	53.572.750	100%	97.074	37.432	59.642	53.573	20.551	(493)
Santa Brígida VI	48.409.750	100%	101.288	47.476	53.812	48.410	18.296	(481)
Santa Brígida VII	83.032.480	100%	101.701	41.225	60.476	83.032	16.887	(464)
<b>Total</b>			<b>615.117</b>	<b>275.517</b>	<b>339.600</b>	<b>364.925</b>	<b>108.905</b>	<b>(3.082)</b>

## 7 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	-	-	680	680
Garantias de financiamento (i)	124.900	31.148	124.900	31.148
<b>Subtotal</b>	<b>124.900</b>	<b>31.148</b>	<b>125.580</b>	<b>31.828</b>
<b>Total</b>	<b>124.900</b>	<b>31.148</b>	<b>125.580</b>	<b>31.828</b>

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia e suas controladas.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

## Movimentação

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>31.326</b>	<b>31.825</b>
Adições	4.937	5.118
Baixas e resgates	(5.115)	(5.115)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>31.148</b>	<b>31.828</b>
Adições	252.626	252.626
Atualização monetária	18.073	18.073
Baixas e resgates	(176.947)	(176.947)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>124.900</b>	<b>125.580</b>

## 8 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2023			2022	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,0%	141.311	(54.525)	86.786	114.023
Máquinas e equipamentos	4,4%	726.496	(294.083)	432.413	449.214
Móveis e utensílios e outros	6,3%	69	11	80	22
Veículos	14,3%	813	(29)	784	-
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>868.689</b>	<b>(348.626)</b>	<b>520.063</b>	<b>563.237</b>
Imobilizado em curso (i)		29.801	-	29.801	9.263
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>898.490</b>	<b>(348.626)</b>	<b>549.864</b>	<b>572.522</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2,18%	25.112	(5.770)	19.342	16.564
<b>Total Imobilizado</b>		<b>923.602</b>	<b>(354.396)</b>	<b>569.206</b>	<b>589.086</b>

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 46 anos e depreciados a uma taxa média de 2,18%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização (i)	Baixas	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	177.798	-	-	-	-	(36.487)	141.311
Máquinas e equipamentos	707.373	-	-	(23.458)	-	42.581	726.496
Móveis e utensílios e outros	60	-	-	-	-	9	69
Veículos	104	-	-	-	-	709	813
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>885.335</b>	-	-	<b>(23.458)</b>	-	<b>6.812</b>	<b>868.689</b>
Imobilizado em curso	9.263	34.447	-	-	(5.927)	(7.982)	29.801
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>894.598</b>	<b>34.447</b>	-	<b>(23.458)</b>	<b>(5.927)</b>	<b>(1.170)</b>	<b>898.490</b>
Direito de uso de terreno arrendado	21.807	-	3.309	-	-	(4)	25.112
<b>Subtotal</b>	<b>916.405</b>	<b>34.447</b>	<b>3.309</b>	<b>(23.458)</b>	<b>(5.927)</b>	<b>(1.174)</b>	<b>923.602</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(327.319)	(35.223)	1.350	6.574	157	65	(354.396)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>589.086</b>	<b>(776)</b>	<b>4.659</b>	<b>(16.884)</b>	<b>(5.770)</b>	<b>(1.109)</b>	<b>569.206</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	177.622	17	-	177.798
Máquinas e equipamentos	707.370	140	-	707.373
Móveis e utensílios e outros	60	-	-	60
Veículos	104	-	-	104
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>885.156</b>	<b>157</b>	-	<b>885.335</b>
Imobilizado em curso	4.971	18.870	(14.556)	9.263
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>890.127</b>	<b>19.027</b>	<b>(14.556)</b>	<b>894.598</b>
Direito de uso de terreno arrendado	21.807	-	-	21.807
<b>Subtotal</b>	<b>911.934</b>	<b>19.027</b>	<b>(14.556)</b>	<b>916.405</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(280.382)	(46.937)	-	(327.319)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>631.552</b>	<b>(27.910)</b>	<b>(14.556)</b>	<b>589.086</b>

(i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$16.884.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do



A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>100.889</b>	<b>486.188</b>	<b>587.077</b>
Encargos financeiros	15.090	41.729	56.819
Pagamento de principal	(8.598)	(33.564)	(42.162)
Pagamento de encargos financeiros	(9.214)	(38.082)	(47.296)
Diferimento dos custos de transação	(627)	(4.465)	(5.092)
Amortização dos custos de transação	438	2.302	2.740
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>97.978</b>	<b>454.108</b>	<b>552.086</b>
Encargos financeiros	10.881	43.343	54.224
Variação monetária	2.611	2.998	5.609
Pagamento de principal	(8.970)	(50.285)	(59.255)
Pagamento de encargos financeiros	(8.754)	(26.751)	(35.505)
Diferimento dos custos de transação	(20)	(195)	(215)
Amortização dos custos de transação	367	1.377	1.744
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>94.093</b>	<b>424.595</b>	<b>518.688</b>

Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
1ª Emissão Debêntures	89.000	julho-15	IPCA + 8,86%	Semestral	Semestral	94.093	Dezembro de 2027	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,2x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Caetés
Empréstimo - BNDES	580.801	dezembro-14	TJLP + 2,02%	Mensal	Mensal	424.595	Abril de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,2x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Caetés

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora e Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2025	24.854	42.242	(3.308)	63.788
2026	27.114	45.855	(3.308)	69.661
2027	30.353	49.778	(3.308)	76.823
2028	-	54.036	(2.789)	51.247
2029	-	58.659	(2.789)	55.870
2030 em diante	-	157.134	(6.699)	150.435
	<b>82.321</b>	<b>407.704</b>	<b>(22.201)</b>	<b>467.824</b>

## 11 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	16.954	31.643
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	79.437	75.891
<b>Total passivo</b>	<b>96.391</b>	<b>107.534</b>

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado
	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>66.725</b>
Adição / reversão	39.691
Atualização monetária	1.118
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>107.534</b>
Adição / reversão	17.419
Amortização	(28.562)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>96.391</b>

### **Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas**

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de

geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

## **12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

---

As controladas possuem contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial e referem-se à aluguel de terrenos, para os quais as controladas da Companhia passaram a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 8).

Para definição dos contratos a serem avaliados, as controladas da Companhia consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Passivo de arrendamento	Consolidado
	2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.113</b>
Remensuração	(17)
Encargos financeiros	1.556
Pagamento de encargos financeiros	(1.556)
Pagamento de principal	(709)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>19.387</b>
Remensuração	3.958
Encargos financeiros	2.312
Pagamento de encargos financeiros	(2.312)
Pagamento de principal	(221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>23.124</b>

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<b>CIRCULANTE</b>	
2024	34
<b>Subtotal</b>	<b>34</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2025	38
2026	43
2027	46
2028	51
2029	59
Após 2029	22.853
<b>Subtotal</b>	<b>23.090</b>
<b>Total</b>	<b>23.124</b>

## 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 13.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$373.237 representado por 373.237.006 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 13.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

## 14 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

### (c) Leilão de Energia Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos bilaterais	141.823	156.175
Ressarcimento de energia	8.845	(38.105)
Mercado de curto prazo	299	5
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>150.967</b>	<b>118.075</b>
(-) PIS e COFINS	(13.943)	(4.248)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>137.024</b>	<b>113.827</b>

## 15 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(1.118)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(9.316)	(8.081)
Taxa de fiscalização ANEEL	(808)	(621)
Crédito de Pis e Cofins	809	-
<b>Subtotal</b>	<b>(10.433)</b>	<b>(8.702)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Pessoal e administradores	-	(2.444)
Serviços de terceiros	(19.061)	(28.280)
Material	(6.747)	(15.219)
Depreciação e amortização	(35.223)	(46.936)
Seguros	(2.599)	(2.832)
Arrendamentos e aluguéis	(731)	(530)
Contribuições setoriais	-	(75)
Outras receitas (custos) operacionais	(38)	(612)
<b>Subtotal</b>	<b>(64.399)</b>	<b>(96.928)</b>
<b>Total</b>	<b>(74.832)</b>	<b>(105.630)</b>

## 16 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seguros	(5)	-	(861)	-
Contribuições setoriais	-	-	(59)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(34)	-
Doações	-	-	-	70
Reversão de provisão para perdas (i)	3.082	-	-	-
Outros	377	20	2.633	98
<b>Total</b>	<b>3.454</b>	<b>20</b>	<b>1.679</b>	<b>168</b>

(i) O montante registrado como reversão de provisão para perdas refere-se ao estorno do deságio no momento da aquisição (vide nota nº 6).

## 17 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	730	18.364	6.662	22.271
Rendimento de cauções e depósitos judiciais	18.073	-	18.073	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.512)	(3.177)	(1.787)	(3.462)
Juros de cessão de recebíveis	13.719	49.956	-	-
Variações cambiais	-	-	-	36
Outras receitas financeiras	2.113	-	2.264	2
<b>Subtotal</b>	<b>33.123</b>	<b>65.143</b>	<b>25.212</b>	<b>18.847</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	(55.968)	(59.559)	(55.968)	(59.559)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(5.609)	-	(5.609)	-
Atualização provisão desmobilização	-	-	1.121	(1.518)
Atualização ressarcimento	-	-	308	(2.705)
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.312)	(1.539)
Variações cambiais	-	-	(6)	(111)
Tarifas e encargos bancários	(5)	(3)	(71)	(68)
IOF	(141)	(170)	(377)	(175)
Outras despesas financeiras	-	(3.754)	(1.046)	(1.288)
<b>Subtotal</b>	<b>(61.723)</b>	<b>(63.486)</b>	<b>(63.960)</b>	<b>(66.963)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(28.600)</b>	<b>1.657</b>	<b>(38.748)</b>	<b>(48.116)</b>

## 18 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	80.542	(54.809)	80.542	(54.809)	20.851	(45.615)	20.851	(45.615)
<b>Alíquota nominal</b>	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal</b>	(20.136)	13.702	(7.249)	4.933	(5.213)	11.404	(1.877)	4.105
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>								
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>								
Diferença temporária sem diferido constituído	-	-	-	-	(3.610)	-	(1.301)	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(7.091)	-	(2.553)	-	(2.336)	(18.386)	(841)	(6.688)
Resultado de equivalência patrimonial	24.269	(13.992)	8.737	(5.038)	-	-	-	-
Outros	2.958	-	1.065	-	-	-	-	-
<b>Ajuste de impostos</b>								
IRPJ - Subvenções de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	8.436	-	-	-
Ajuste Adicional IR	-	24	-	-	168	-	-	-
Baixa diferido mudança regime tributário (i)	-	-	-	-	48.452	-	17.813	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	-	(266)	-	(105)	45.897	(6.982)	13.794	(2.583)
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>								
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(266)	-	(105)	(2.524)	(266)	(4.061)	(105)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	48.421	(6.716)	17.855	(2.478)
<b>Total</b>	-	(266)	-	(105)	45.897	(6.982)	13.794	(2.583)

(i) A Companhia possuía um saldo histórico de impostos diferidos passivos, majoritariamente advindos de diferença de taxa de depreciação fiscal e contábil. Em função da mudança do regime de tributação do lucro real para o lucro presumido a partir de 2024, os impostos diferidos passivos foram integralmente revertidos, por não haver expectativa de reversão futura dessa diferença temporária.

## 19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023	2022	2023	2022		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	934	934	1.069	1.069	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	3.311	3.311	-	-	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo)	3	-	-	166.815	166.815	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	47.932	47.932	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	11.882	11.882	13.770	13.770	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	7	125.580	125.580	31.828	31.828	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>189.639</b>	<b>189.639</b>	<b>213.482</b>	<b>213.482</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	9	16.136	16.136	7.384	7.384	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	518.688	522.366	552.086	559.290	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	11	96.391	96.391	107.534	107.534	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	12	23.124	23.124	19.387	19.387	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>654.339</b>	<b>658.017</b>	<b>686.391</b>	<b>693.595</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## 19.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL

da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.008	120.728	4.245	167.884
Investimentos de curto prazo	8.066	-	47.932	-
Contas a receber de clientes	-	-	11.882	13.770
Cauções e depósitos vinculados	124.900	31.148	125.580	31.828
<b>Total</b>	<b>133.974</b>	<b>151.876</b>	<b>189.639</b>	<b>213.482</b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	518.688	552.086	518.688	552.086
Caixa e equivalentes de caixa	(1.008)	(120.728)	(4.245)	(167.884)
Investimentos de curto prazo	(8.066)	-	(47.932)	-
Garantias de financiamento	(124.900)	(31.148)	(124.900)	(31.148)
<b>Dívida líquida</b>	<b>384.714</b>	<b>400.210</b>	<b>341.611</b>	<b>353.054</b>
Patrimônio líquido	103.232	22.690	103.232	22.690
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>372,67%</b>	<b>1763,82%</b>	<b>330,92%</b>	<b>1555,99%</b>

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para

mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 10 . As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Controladora
							Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	49	-	-	-	-	49	1.736
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.322	77.607	216.234	261.464	176.437	750.064	552.086
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	45
<b>Total</b>	<b>18.371</b>	<b>77.607</b>	<b>216.234</b>	<b>261.464</b>	<b>176.437</b>	<b>750.113</b>	<b>553.867</b>

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Consolidado
							Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	16.136	-	-	-	-	16.136	7.384
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.322	77.607	216.234	261.464	176.437	750.064	552.086
Passivo de arrendamento	13	39	58	212	25.954	26.276	19.387
<b>Total</b>	<b>34.471</b>	<b>77.646</b>	<b>216.292</b>	<b>261.676</b>	<b>202.391</b>	<b>792.476</b>	<b>578.857</b>

#### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	960	-	3.311	-
Caixa e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo)	-	120.638	-	166.815
Investimentos de curto prazo	8.066	-	47.932	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(544.223)	(580.713)	(544.223)	(580.713)
<b>Total</b>	<b>(535.197)</b>	<b>(460.075)</b>	<b>(492.980)</b>	<b>(413.898)</b>

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Controladora			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	960	49	74	98	123	147
Investimentos de curto prazo	CDI	8.066	412	619	824	1.031	1.237
<b>Impacto no resultado</b>			<b>461</b>	<b>693</b>	<b>922</b>	<b>1.154</b>	<b>1.384</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>461</b>	<b>693</b>	<b>922</b>	<b>1.154</b>	<b>1.384</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	3.311	169	254	338	423	508
Investimentos de curto prazo	CDI	47.932	2.449	3.676	4.899	6.126	7.348
<b>Impacto no resultado</b>			<b>2.618</b>	<b>3.930</b>	<b>5.237</b>	<b>6.549</b>	<b>7.856</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>2.618</b>	<b>3.930</b>	<b>5.237</b>	<b>6.549</b>	<b>7.856</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(96.391)	(1.870)	(2.805)	(3.740)	(4.675)	(5.610)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(1.870)</b>	<b>(2.805)</b>	<b>(3.740)</b>	<b>(4.675)</b>	<b>(5.610)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(1.870)</b>	<b>(2.805)</b>	<b>(3.740)</b>	<b>(4.675)</b>	<b>(5.610)</b>

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(448.054)	(21.941)	(28.386)	(34.861)	(41.322)	(47.767)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(21.941)</b>	<b>(28.386)</b>	<b>(34.861)</b>	<b>(41.322)</b>	<b>(47.767)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(21.941)</b>	<b>(28.386)</b>	<b>(34.861)</b>	<b>(41.322)</b>	<b>(47.767)</b>

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(96.169)	(10.552)	(11.567)	(12.583)	(13.598)	(14.614)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(10.552)</b>	<b>(11.567)</b>	<b>(12.583)</b>	<b>(13.598)</b>	<b>(14.614)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(10.552)</b>	<b>(11.567)</b>	<b>(12.583)</b>	<b>(13.598)</b>	<b>(14.614)</b>

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

## **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

### ***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares. Quando o regramento

final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.